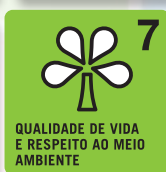
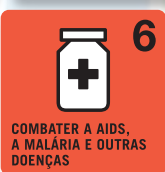
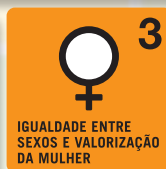
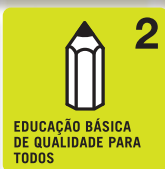




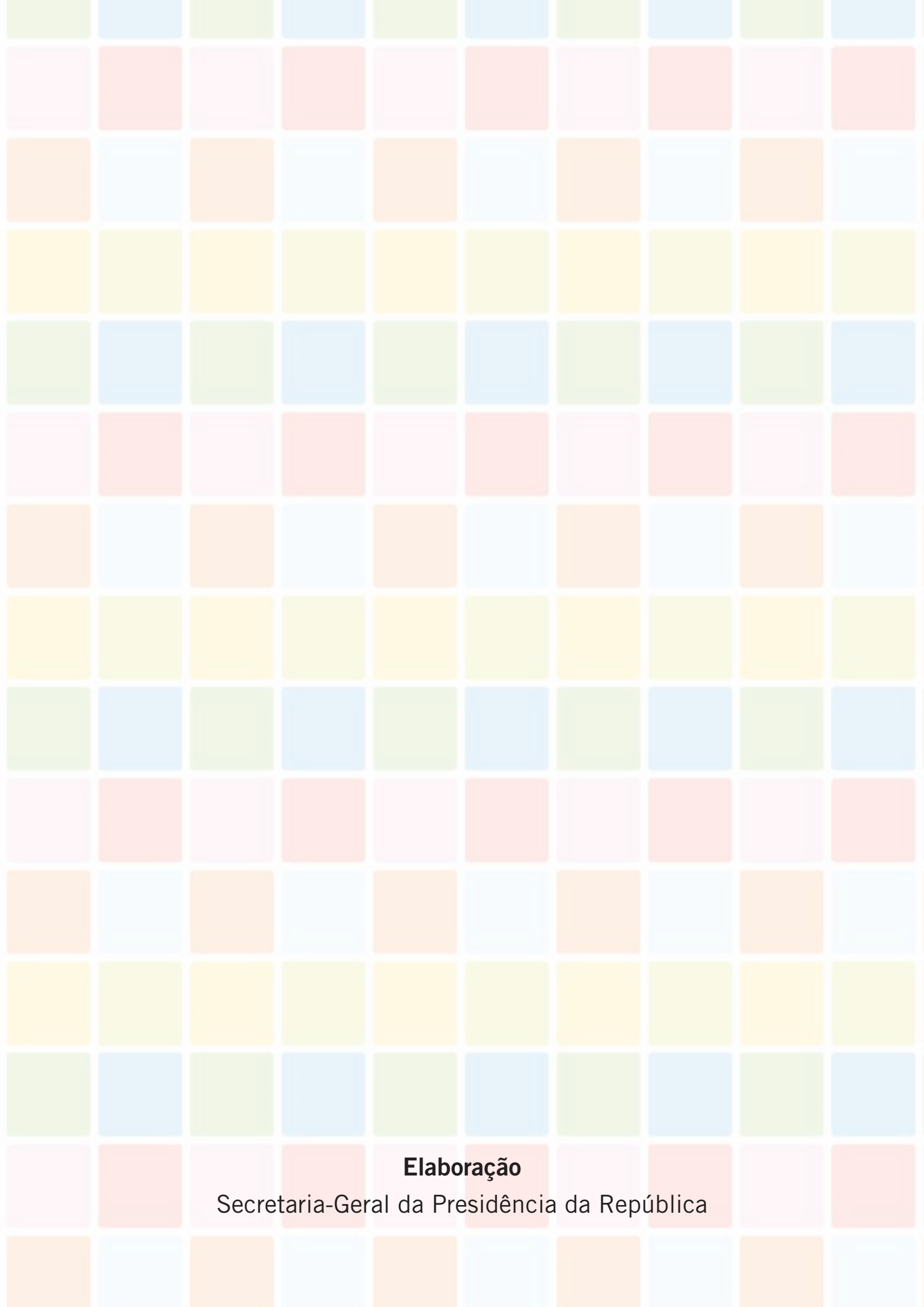
Faça acontecer.



GUIA DO PRÊMIO ODM

3ª EDIÇÃO

JULHO DE 2009



Elaboração

Secretaria-Geral da Presidência da República

SUMÁRIO

Declaração do Milênio	4
A Democracia Participativa como ambiente ideal para o cumprimento das metas dos ODM	4
Os ODM no Brasil	6
Instituição do Prêmio ODM no Brasil	6
3ª Edição – Caracterização do Período	9
Estrutura para Implementação do Prêmio ODM – 3ª edição	10
Colegiado do Prêmio ODM Brasil	11
Divulgação	11
Seminários Estaduais	11
Sites que veiculam os ODM e o Prêmio – funcionando em interface	12
Inscrições	12
Anexos	
Relação dos Premiados da 1ª edição (2005)	13
Texto da Declaração do Milênio	18
Situação geral dos ODM no Brasil.....	27

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO

O Brasil foi um dos signatários da Declaração do Milênio, em setembro de 2000. Lembra Kofi A. Annan, Secretário Geral das Nações Unidas naquele momento, que sua intenção, ao propor a realização da Cúpula do Milênio, era “utilizar a força simbólica do Milênio para ir ao encontro das necessidades reais das pessoas de todo o mundo”.¹

A Declaração do Milênio foi elaborada com base nos compromissos assumidos pela comunidade internacional na década de 1990, numa série de conferências – incluindo as que tratavam de ambiente, de direitos humanos, de igualdade e equidade de gênero, de desenvolvimento social, de direitos das crianças, de população, de direitos sexuais e reprodutivos e de direito à habitação. Como parte desses compromissos, a Cúpula Social das Nações Unidas, em 1995, reconheceu que é possível alcançar a erradicação da pobreza e adotou uma estratégia para cumprir esse objetivo. Essa estratégia baseava-se num conceito abrangente de desenvolvimento, que incluía não só o enfoque na pobreza, mas também considerava o pleno emprego e a inclusão social como aspectos igualmente importantes da estratégia. A sociedade civil desempenhou um papel ativo em torno das conferências dos anos 90, apelando aos governos para que adotassem compromissos então assumidos para promoverem o desenvolvimento através da erradicação da pobreza, do pleno emprego e da diminuição da exclusão social.

Estamos na segunda parte do percurso que nos leva a 2015, e a situação dos países signatários tem resultados diferenciados.

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO AMBIENTE IDEAL PARA O CUMPRIMENTO DAS METAS DOS ODM

Diz a Declaração do Milênio, na página 2: “Os homens e as mulheres têm o direito de viver a sua vida e de criar os seus filhos com dignidade, sem fome e sem medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir esses direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular”.

O Brasil democrático vem criando e fortalecendo instrumentos que garantem um diálogo permanente entre o Estado e sociedade civil. A quantidade de pessoas e organizações sociais envolvidas nos processos participativos e a expansão dos espaços públicos partilhados entre governo e a sociedade conferem ao Brasil um ambiente cada vez mais favorável para tratar do déficit social ainda existente. São muitos os exemplos de canais abertos ou revitalizados pelo Governo Federal com o objetivo de incluir a experiência acumulada pela sociedade civil brasileira na decisão das grandes políticas públicas.

A Secretaria-Geral da Presidência da República tem a incumbência institucional de coordenar e articular o relacionamento do governo com as entidades da sociedade civil. Pauta-se pela diretriz de construir espaços de interação, compreendendo a democracia como processo político e social, tendo a participação dos cidadãos como um dos

1. A Declaração do Milênio das Nações Unidas. P. 2 Disponível em: <http://www.dgfdc.min-edu.pt/inovbasic/biblioteca/dh-milenio/declaracao-milenio.htm> Acesso em 7 jun. 2009.

parâmetros para definir a prática democrática. Esse compromisso com a cidadania implica em assegurar espaços de participação em todo o ciclo de produção de políticas públicas, a começar pela concepção, passando pelo monitoramento, pela avaliação e revisão. O sentido geral é o de fazer com que o Estado seja mais poroso às agendas produzidas e crie formas de incorporar novos sujeitos sociais na produção dessas políticas. Como exemplos dessa prática democrática, relacionamos abaixo as principais iniciativas.

CONSELHOS

Os conselhos têm presença sempre mais constante na vida dos municípios, dos estados e no Governo Federal. Inserem-se no princípio constitucional da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. Ao Conselho Nacional de Saúde, por exemplo, estão relacionados 5.591 conselhos, dos quais 27 estaduais e 5.564 municipais.² Outros conselhos, como o da Assistência Social, da Criança e do Adolescente, possuem grande presença em municípios e em todos os estados.

Nos últimos sete anos, seis conselhos foram reformulados, visando adaptação às políticas e às novas exigências legais. São eles o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, dos Direitos da Mulher, dos Recursos Hídricos, do Combate à Discriminação, da Embrapa e dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Também nesse período, houve a criação de 18 conselhos, entre os quais cabe citar: Conselho Nacional da Juventude, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Nacional de Turismo, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional das Cidades e Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção.

CONFERÊNCIAS

De 1941 a 2009 foram realizadas 100 conferências nacionais e internacionais, das quais, 61 ocorreram entre 2003 e 2009. Abrangeram 35 áreas setoriais em instâncias de reflexão, debates e negociação em níveis local, municipal, regional, estadual e nacional, mobilizando mais de três milhões de pessoas na discussão e definição de prioridades e subsídios para as políticas públicas. Em 2009, estão previstas 14 conferências nacionais.³

Nos últimos sete anos ocorreram, como resultado da articulação dos conselhos nacionais e dos ministérios, não menos que 1.000 conferências estaduais e não menos que 15.000 conferências municipais, indicando uma vida intensa no âmbito da democracia participativa.

2. Informações sobre os Conselhos de Saúde. Disponível em: <http://formsus.datasus.gov.br/cns/> Acesso em 8 jun. 2009.

3. No site da Secretaria-Geral da Presidência da República encontram-se informações sobre conselhos e conferências. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/art_social/conselhosconferencias/. Acesso em 6 jun. 2009.

MESAS DE DIÁLOGO

Coordenados pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelos ministérios, representantes de entidades de trabalhadores e de empresários reuniram-se em diversas oportunidades, nos últimos anos, para tratar de problemas fundamentais da sociedade brasileira. Constituíram-se Mesas de diálogo para estabelecer políticas para o salário mínimo, para a agricultura familiar, para a habitação e para o funcionalismo público federal. Mais recentemente foi instalada a mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, que apresentou significativos resultados. Foi assinado um compromisso nacional entre as partes que visa garantir nossos direitos e melhor qualidade de vida para os trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar, obtendo até agora a adesão voluntária de 305 das 413 usinas em atividade no país.

OUVIDORIAS

Nos últimos 7 anos, triplicou o número de ouvidorias federais, que têm o objetivo de promover acesso rápido ao cidadão, para manifestar sua sugestão, suas dúvidas e discordâncias em relação aos serviços prestados.

OS ODM NO BRASIL

O Brasil está comprometido com o cumprimento dos ODM e deve atingir até 2015 metas mais ambiciosas que as estabelecidas pelas Nações Unidas. Esse comprometimento se revela, entre outras ações, pela elaboração de três relatórios nacionais de acompanhamento, publicados pela Presidência da República nos anos de 2004, 2005 e 2007. A redação do documento, com a coordenação da Casa Civil, envolveu, em 2007, 17 ministérios, mais de uma dezena de agências internacionais e cerca de 200 técnicos. O relatório apresenta a evolução brasileira para o cumprimento dos ODM por meio de estatísticas relacionadas aos indicadores propostos pelas Nações Unidas e de dados adaptados à realidade nacional.

O Brasil entende que os ODM devem ser compreendidos como uma nova estratégia de desenvolvimento de longo prazo. Por isso, o Governo Federal criou o Prêmio ODM, a partir de uma iniciativa do Movimento Nacional pela Cidadania e em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O Prêmio já contou com duas edições brasileiras e inspirou a criação de um prêmio internacional, concedido pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

INSTITUIÇÃO DO PRÊMIO ODM BRASIL

Em 2004, foi lançada a ideia do Prêmio ODM. A manifestação teve lugar exatamente no dia 9 de agosto de 2004, em São Paulo, durante a abertura da Primeira Semana

Nacional pela Cidadania e Solidariedade, criada para envolver pessoas, empresas, organizações sociais e as várias instâncias de governo - federal, estaduais e municipais.

A escolha do dia 9 de agosto tem a intenção de lembrar a morte do sociólogo Herbert de Souza, Betinho, criador da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida.

O evento teve inspiração no Dia da Solidariedade, criado pelo Grupo Empresarial Tevah, do Rio Grande do Sul. Há vários anos, sempre no terceiro sábado do mês de maio – que seria um dia de folga –, todos os funcionários do Grupo Tevah – indústria e comércio de moda masculina – comparecem ao trabalho voluntária e espontaneamente para, com o apoio financeiro e logístico da empresa, produzir exclusivamente para entidades assistenciais escolhidas pelos próprios trabalhadores.

Em 2005, a ideia foi concretizada, numa parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. O decreto de 15 de dezembro de 2005 instituiu o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil, “a ser concedido a partir de 2005 até 2015” e estabelece como suas finalidades “incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuam para os compromissos dos ODM”, assim como “construir um banco de práticas de referência para sociedade e gestores públicos, no marco das políticas públicas e reconhecer publicamente os esforços em favor dos ODM”.

Portanto, o Prêmio nasceu no marco da intensificação das ações conjuntas do Estado e da sociedade para resolver os problemas mais profundos do nosso país. Os beneficiários diretos dessa iniciativa são os municípios e organizações da sociedade civil, como ONGs, empresas, universidades, fundações e entidades empresariais e de trabalhadores que promovam o alcance dos ODM, cujos esforços são reconhecidos através do Prêmio. Assim, beneficia-se a sociedade brasileira como um todo, dos resultados alcançados em prol de um futuro socialmente justo e sustentável para o país.

Os critérios utilizados para proceder à escolha dos inscritos são: contribuição para o alcance dos ODM; impacto no público atendido; participação da comunidade; existência de parcerias; potencial de replicabilidade; complementaridade e/ou articulação com outras políticas públicas.

As duas edições realizadas proporcionaram muitos contatos com prefeituras e organizações sociais, ampliando pouco a pouco o entendimento e o debate sobre os ODM. São dois mil projetos apresentados (ver quadro abaixo), com adesão crescente, ao comparar a segunda edição com a primeira.

Nº de Inscrições de Práticas

CATEGORIAS	1ª EDIÇÃO	2ª EDIÇÃO
Organizações	443	572
Prefeituras	364	490
Destaques	113	-
TOTAL	920	1062
PREMIADOS	8 prefeituras 9 organizações 10 destaques	8 prefeituras 12 organizações

3ª EDIÇÃO

Caracterização do Período

A 3ª edição do Prêmio ODM se realiza no momento que coincide com a segunda metade do período de 15 anos estabelecidos para a consecução das metas dos ODM, calculando-se a data de lançamento. Desde 2004, são intensas as ações referentes aos ODM. O Prêmio, em suas duas edições, procurou levar aos municípios e a grande número de instituições informações referentes aos ODM, com o objetivo de apresentar as razões para aderir a essa mobilização nacional e internacional e de mostrar as boas práticas em realização.

Portal ODM

Em 29 de janeiro de 2009, durante o Fórum Social Mundial Amazônico 2009, foi lançado o Portal ODM – www.portalodm.com.br – um site que informa sobre o cumprimento dos ODM de todos os 5.565 municípios brasileiros. Através dele são disseminadas informações que permitirão maior conhecimento da realidade local, e que poderão estimular a mobilização social em prol dos ODM. A coordenação do Portal é do PNUD, em parceria com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, a Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas – Agenda Pública, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Secretaria-Geral da Presidência da República. O Observatório de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS é o responsável pelo seu desenvolvimento e pelos sistemas de informação, além do monitoramento dos indicadores. O ORBIS é um programa do Instituto de Promoção do Desenvolvimento – IPD e do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, através do SESI/PR.

Iniciativas de ministérios, de prefeituras, do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, de universidades, de empresas, do PNUD e de outras agências da ONU delimitaram melhor os desafios, que resultaram em algumas ações importantes. A terceira edição do Prêmio contempla no seu calendário duas dessas iniciativas, que estão relacionadas abaixo.

Agenda de Compromissos Governo Federal e Municípios 2009 – 2012

Em 10 e 11 de fevereiro do corrente ano, houve o lançamento da Agenda de Compromissos Governo Federal e Municípios 2009 – 2012, por ocasião do Encontro com Prefeitos e Prefeitas convidados pelo Governo Federal, em Brasília. Organizada a partir e sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, visa a Agenda pactuar compromissos com os prefeitos para aproximar as políticas do Governo Federal às dos municípios. Através da Agenda, estão todos os administradores municipais convidados a realizar um esforço de planejamento para 2009, 2010, 2011 e 2012, em relação aos grandes programas que as prefeituras devem executar em conjunto com o Governo Federal. Representa um pacto para a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros e das cidades, como diz a Agenda.

INICIATIVAS EM PROL DOS ODM

- Atuação do governo brasileiro em prol do ODM na Assembléia-Geral Anual da Organização das Nações Unidas, desde 2004, e em fóruns internacionais;
- Atuação do Brasil na África, através do fortalecimento das relações bilaterais, do perdão de dívidas, de apoio a ações que concorrem à diminuição da extrema pobreza;
- Criação da Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade e realização de cinco edições, com grande número de atividades realizadas por muitas instituições, tendo por foco os ODM;
- Criação do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade;
- Criação de Movimentos Estaduais pela Cidadania e Solidariedade;
- Criação do Prêmio ODM Brasil;
- Elaboração de Relatórios de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- Vinculação das políticas, programas e projetos dos Ministérios aos Objetivos do Milênio;
- Criação do Portal ODM;
- Lançamento da Agenda de Compromissos Governo Federal e Municípios 2009 – 2012;
- Realização do Programa CAIXA-BANCO DO BRASIL ODM, unindo esforços na realização de ações e projetos;
- Distribuição de 32 mil revistas da 1ª e 2ª edições do Prêmio ODM.

ESTRUTURA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PRÊMIO ODM – 3ª edição

Coordenação Geral do Prêmio ODM Brasil

Secretaria-Geral da Presidência da República;
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

Secretaria Executiva do Prêmio ODM Brasil

Secretaria-Geral da Presidência da República.

Comitê Técnico

Coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, composto por técnicos dessas instituições, dos ministérios e das agências internacionais.

ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS

Colegiado do Prêmio ODM Brasil

Além da coordenação geral, a instância Colegiado agrega parceiros estratégicos do Prêmio, entre os quais o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Petrobras, os Movimentos Estaduais pela Cidadania e Solidariedade, a Subchefia de Assuntos Federativos – SAF, da Secretaria de Relações Institucionais – SRI/PR, a Casa Civil/PR, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e ministérios.

DIVULGAÇÃO

SEMINÁRIOS ESTADUAIS

Serão realizados seminários estaduais com o propósito de dialogar com os setores públicos, a sociedade civil e o setor produtivo sobre os ODM, a viabilidade de adotá-los nos municípios e nas instituições, além de inscrever boas práticas no Prêmio ODM, para colocar os projetos à disposição de todos. Em segundo lugar, os seminários visam mobilizar e capacitar setores da sociedade civil, do setor produtivo e das prefeituras a orientar suas ações e seu planejamento através dos Objetivos do Milênio, como forma de melhorar as condições básicas de vida da população.

PAUTA DOS SEMINÁRIOS ESTADUAIS

TURNO	CONTEÚDO	
Manhã	ABERTURA	<ul style="list-style-type: none">• Presença de autoridades dos governos federal, estadual e municipal• Presença de lideranças da sociedade civil
	OFICINA DO PRÊMIO ODM	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação dos projetos de premiado(s)• Informações sobre a criação do Prêmio, sobre normas e prazos• Informações e esclarecimentos sobre as inscrições
Tarde	OFICINA DE MUNICIPALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Para auxiliar gestores municipais a identificar como contribuir nos esforços de melhoria das condições de vida da população
	OFICINA DE MOBILIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Para contribuir com o processo de envolvimento de pessoas, empresas e instituições na busca dos ODM
	FORMAÇÃO DE NÚCLEO ESTADUAL PARA DISSEMINAÇÃO DOS ODM	

SITES QUE VEICULAM OS ODM E O PRÊMIO ODM (QUE FUNCIONAM EM INTERFACE)

Site oficial do Prêmio ODM	www.odmbrasil.org.br
Site do Portal ODM	www.portalodm.org.br
Site do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade	www.nospodemos.org.br
Site da Subchefia de Assuntos Federativos, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República	www.portalfederativo.gov.br

INSCRIÇÕES

Início	27 de julho
Final	Enviado pelo Correio: postagem até 21 de setembro
	Enviado via Internet: 02 de outubro até as 23h55min

OBSERVAÇÕES

O Decreto e o Regimento Interno se encontram no site www.odmbrasil.org.br

Anexo 1

RELAÇÃO DOS PREMIADOS DA 1ª EDIÇÃO (2005)

ORGANIZAÇÕES

Associação Dançando para não Dançar (RJ)

Projeto: Dançando para não Dançar.

Curso de balé para crianças de comunidades carentes.

Coordenadora da Prática: Thereza Christina Aguillar.

Responsável pela Organização: Luiz Otávio Sampaio Moraes.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Milho e Sorgo-MG)

Projeto: Barraginhas.

Captação superficial de água das chuvas, com revitalização de mananciais. Implantado em mais de 300 municípios de Minas Gerais.

Coordenador do Projeto: Luciano Cordoval de Barros.

Responsável pela Organização: Ivan Cruz.

Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo (AAFESP)

Projeto: Organização Social e Políticas Públicas para a Redução da Morbimortalidade Infantil por Anemia Falciforme.

Propiciar o diagnóstico precoce da doença, e apoio às famílias dos doentes.

Coordenadora da Prática: Berenice Assumpção Kikuchi.

Responsável pela Organização: Silmara Assumpção.

Fundação Social Itaú (SP)

Projeto: Programa Escrevendo o Futuro.

Proporcionar melhoria na capacidade de leitura e escrita para alunos de quarta e quinta séries do ensino fundamental.

Coordenação da Prática: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Responsável pela Organização: Roberto Eydio Setúbal.

Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido

Projeto: Um Milhão de Cisternas.

Programa de formação e mobilização social para a convivência com o semi-árido.

Coordenador da Prática: João Batista Barros de Amorim.

Responsável pela Organização: Valquíria Alves Smith Lima.

Sociedade Educacional Professor Altair Mongruel (PR)

Projeto: Menarca de Promoção à Saúde da Menina.

Prevenção e informação sobre a saúde da mulher para meninas entre 12 e 15 anos.

Coordenador da Prática: Professor Nelson Ari Canabarro de Oliveira.

Responsável pela Organização: Osni Mongruel Júnior.

Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC)

Projeto: Agroturismo.

Valorização da agricultura familiar ao oferecer alternativas de renda para os produtores. Presente nos municípios catarinenses de Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Gravatal e Grão Pará.

Coordenadora da Prática: Thaise Costa Guzatti.

Responsável pela Organização: Leonilda Boing Balmann.

Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (RS)

Projeto: Metodologia Themis de Acesso à Justiça.

Levar conhecimentos básicos do Direito às mulheres.

Coordenador e responsável: Rúbia Abs da Cruz.

MENÇÃO HONROSA

Associação Intercomunitária de Mini e Pequenos Produtores Rurais da Margem Direita do Rio Tapajós de Piquiatuba a Revolta (PA)

Projeto: Couro Ecológico.

Plano de negócios e de produção para famílias que trabalham na confecção de artefatos de látex.

Coordenador da Prática: Arimar Feitosa Rodrigues.

Responsável pela Organização: Edinaldo Neves Batista.

GOVERNOS MUNICIPAIS

Escola de Gestante

Prefeitura de Apucarana (PR).

Assistência à gestante e recém-nascidos, com ações de planejamento familiar, visitas às gestantes em risco, incentivo ao aleitamento materno, acompanhamento de recém-nascidos com problemas e distribuição de kits para enxoval e para curativo umbilical.

Coordenadora da Prática: Ivanir de Souza Silva.

Coleta de Orgânicos com Ecocidadania

Prefeitura de Belo Horizonte (MG).

Redução do desperdício de alimentos, melhoria nutricional, combate à fome, redução de resíduos aterrados e educação para o consumo. O projeto atende a 15 mil pessoas por mês.

Coordenadora da Prática: Maria Patrícia Garcia e Souza.

Casa Rosa Mulher – Centro de Referência para Mulheres em Situação de Violência

Prefeitura de Rio Branco (AC).

Atendimento a adolescentes e mulheres que vivem em situação de risco social e de violência.

Coordenadora da Prática: Filomena Emília Gonçalves da Silva Ramos.

Santo André Mais Igual

Prefeitura de Santo André (SP).

Aplicação conjunta e simultânea, em um mesmo local da cidade, de projetos de inclusão social. Já atendeu mais de 21 mil pessoas, com urbanização e políticas sociais e econômicas.

Coordenadora da Prática: Telma Fernandes Ervilha.

Pólo Brasileiro de Cosméticos

Prefeitura de Diadema (SP).

Arranjo Produtivo Local com incentivo às pequenas e médias empresas do setor, com a criação de um polo de cosméticos com mais de 100 empresários do ramo.

Coordenador da Prática: Joel Fonseca Costa

Semeando Educação e Saúde na Agricultura Familiar

Prefeitura de Três Passos (RS).

Educação no meio rural para reduzir a migração; implantação de ações de saúde e práticas agrícolas para jovens filhos de pequenos produtores.

Coordenadora da Prática: Lenir Buchner.

Trevo de Quatro Folhas

Prefeitura de Sobral (CE).

Melhoria na qualidade de atenção ao pré-natal, ao parto, ao puerpério e ao bebê e atuação de mães sociais, para auxiliar a gestante com problemas de saúde; e padrinhos sociais, que contribuem com cestas básicas.

Coordenadora da Prática: Francisca Júlia dos Santos Sousa.

Programa Socioambiental de Coroa do Meio

Prefeitura de Aracaju (SE).

Projeto de reurbanização da Coroa do Meio, com substituição de palafitas por casas de alvenaria, recuperação do mangue a programas de geração de emprego e renda.

Coordenadora da Prática: Professora Vera Lúcia Alves França.

DESTAQUES

Herbert de Souza, o Betinho, é símbolo da determinação e do trabalho pela cidadania, pela solidariedade e pelo respeito aos direitos humanos. Entre outras iniciativas, criou e dedicou-se à Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, que inspirou a campanha contra a fome que mobiliza todo o país, desde 1993. A campanha do Betinho é o marco das lutas da sociedade brasileira para a promoção da cidadania, pelo direito ao emprego e pelo uso da terra.

O publicitário **Percival Caropreso** tem emprestado seu talento para a divulgação e fortalecimento do Terceiro Setor no Brasil há mais de 15 anos. Desenvolveu a campanha publicitária para divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que foi

reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das cinco melhores do mundo. São dele todas as peças publicitárias para os ODM no Brasil e os ícones dos oito objetivos utilizados na Itália, Albânia, Guianas e no site da ONU para os jovens.

A **ASMARE** (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável – Belo Horizonte) nasceu da mobilização de 20 catadores de papel, com o apoio da Pastoral de Rua, da Arquidiocese de Belo Horizonte. A entidade busca garantir a integração de catadores com a sociedade civil e o Poder Público na gestão da coleta seletiva, qualificação para o trabalho e geração de renda aos catadores moradores de rua. Foi indicada pelo papel que representa na luta pela sobrevivência de uma parcela dos desfavorecidos, pela contribuição da associação na consolidação de preceitos de desenvolvimento sustentável e de resgate da cidadania.

A **Associação Vaga-lume**, de São Paulo, tem como missão contribuir com o desenvolvimento educacional, cultural e organizacional de comunidades rurais da Amazônia. Promoveu a criação de bibliotecas comunitárias em 90 comunidades rurais de 20 municípios da Amazônia Legal. Com sua metodologia, cria acervos, forma professores, gestores e voluntários que atuam como mediadores de leitura. O trabalho é complementado com a criação de veículos entre as bibliotecas e seus usuários, por meio de cartas, vídeos e visitas.

Como coordenadora de bibliotecas do Governo do Distrito Federal, **Dinorá Couto Caçado** criou uma biblioteca para pessoas portadoras de deficiência visual, a Biblioteca Braile Dorina Nowill, em Taguatinga. Atendeu, assim, à idéia que tiveram a professora Dalila de Lara e suas duas alunas deficientes visuais, Neuma Pereira e Noeme Rocha. Em dez anos de trabalho voluntário, também desenvolveu diversos projetos, como “Luz e Autor em Braile” e “Revelando Autores em Braile”, reunindo a produção de 83 deficientes visuais e 58 escritores brasileiros.

Cardeal dom Cláudio Hummes, arcebispo de São Paulo, tem como principal projeto o Centro de Atendimento ao Trabalhador (CEAT), unindo a Igreja Católica, a sociedade civil e o governo em ações de combate ao desemprego. Em novembro de 2003, ele ganhou da imprensa europeia o título de “Cardeal dos Trabalhadores”, após falar como convidado no Parlamento Europeu 2003. Franciscano, gaúcho de pouco mais de 70 anos, ficou mais conhecido nos anos 80, quando desafiou o regime militar e abriu as portas das igrejas de Santo André (SP) para os metalúrgicos em greve.

O **Grupo Mulheres de Pombal** (PB) são as marias, joanas, franciscas, severinas que vivem numa pequena cidade. Por sua condição social, recebiam os benefícios do Programa Bolsa Família, do Governo Federal. Agindo de forma organizada, conseguiram aposentadoria rural ou puderam aumentar a renda familiar com a venda de doces e salgados. Foi o suficiente para decidirem, em grupo, devolver à Caixa Econômica Federal os seus cartões de benefício, conscientes de que outras famílias precisavam de muito mais do que elas. O grupo foi indicado pelo exemplo de solidariedade e senso de justiça.

O **Grupo de Trabalho Amazônico** (GTA) desenvolve vários trabalhos voltados para a exploração sustentável de florestas, como ações ligadas ao Programa de Apoio ao Agroextrativismo, do Ministério do Meio Ambiente. Supervisionou a implantação de 165 projetos propostos por entidades e produtores familiares em nove estados da Amazônia Legal, como iniciativas voltadas para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. Mais de mil famílias foram beneficiadas com a captação de recursos para entidades comunitárias.

O **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**, desde 1991, promove a articulação das trabalhadoras rurais, donas de casa, mães, avós e esposas que se dedicam à coleta, quebra, beneficiamento e comercialização do coco babaçu. Atua nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará, onde estão cerca de 400 mil famílias vivendo da exploração do babaçu. O movimento visa garantir o direito ao trabalho e a sustentabilidade da atividade, com a proteção das florestas.

Sediada em Curitiba (PR), a **Pastoral da Criança** contribui há 22 anos para que o país possa diminuir os índices de mortalidade infantil, atuando em 3.900 municípios brasileiros. Reúne mais de 240 mil voluntários, que, mensalmente, acompanham 1,8 milhão de crianças até seis anos de idade e 83 mil gestantes ou nutrizes. A metodologia da Pastoral da Criança também serve de modelo para experiências semelhantes em outros 14 países, com ações nos campos da saúde, educação e cidadania, para o desenvolvimento integral da criança e a melhoria de vida das famílias.

Anexo 2

DECLARAÇÃO DO MILÊNIO DAS NAÇÕES UNIDAS

I - Valores e Princípios

- 1.** Nós, Chefes de Estado e de Governo, reunimo-nos na Sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, entre os dias 6 e 8 de setembro de 2000, no início de um novo milênio, para reafirmar a nossa fé na Organização e em sua Carta como bases indispensáveis de um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo.
- 2.** Reconhecemos que, para além das responsabilidades que todos temos perante nossas sociedades, temos a responsabilidade coletiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, no nível mundial. Como dirigentes, temos, um dever para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os desfavorecidos e, em particular, com as crianças do mundo, a quem pertence o futuro.
- 3.** Reafirmamos nossa adesão aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, que demonstraram ser atemporais e universais. De fato, sua pertinência e capacidade como fonte de inspiração aumentaram, à medida que se multiplicaram os vínculos e foi se consolidando a interdependência entre as nações e os povos.
- 4.** Estamos decididos a estabelecer uma paz justa e duradoura em todo o mundo, em conformidade com os propósitos e princípios da Carta. Reafirmamos a nossa determinação de apoiar todos os esforços que visam respeitar a igualdade e soberania de todos os Estados, o respeito pela sua integridade territorial e independência política; a resolução dos conflitos por meios pacíficos e em consonância com os princípios de justiça e do direito internacional; o direito à autodeterminação dos povos que permanecem sob domínio colonial e ocupação estrangeira; a não ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais; o respeito pela igualdade de direito de todos, sem distinções por motivo de raça, sexo, língua ou religião; e a cooperação internacional para resolver os problemas de caráter econômico, social, cultural ou humanitário.
- 5.** Pensamos que o principal desafio com o qual nos deparamos hoje é conseguir que a globalização venha a ser uma força positiva para todos os povos do mundo, uma vez que, se é certo que a globalização oferece grandes possibilidades, atualmente seus benefícios, assim como seus custos, são distribuídos de forma muito desigual. Reconhecemos que os países em desenvolvimento e os países com economias em transição enfrentam sérias dificuldades para fazer frente a esse problema fundamental. Assim, consideramos que só através de esforços amplos e sustentados para criar um futuro comum, baseado em nossa condição humana comum, em toda a sua diversidade, pode a globalização ser completamente equitativa e favorecer a inclusão. Esses esforços devem incluir a adoção

de políticas e medidas, que nível mundial, que correspondam às necessidades dos países em desenvolvimento e das economias em transição e que sejam formuladas e aplicadas com a sua participação efetiva.

6. Consideramos que determinados valores fundamentais são essenciais para as relações internacionais no século XXI. Entre eles figuram:

- A liberdade. Os homens e as mulheres têm o direito de viver sua vida e de criar os seus filhos com dignidade, livres da fome e livres do medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir esses direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular.
- A igualdade. Nenhum indivíduo ou nação deve ser privado da possibilidade de se beneficiar do desenvolvimento. A igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres deve ser garantida.
- A solidariedade. Os problemas mundiais devem ser enfrentados de modo a que os custos e as responsabilidades sejam distribuídos com justiça, de acordo com os princípios fundamentais da equidade e da justiça social. Os que sofrem, ou os que se beneficiam menos, merecem a ajuda dos que se beneficiam mais.
- A tolerância. Os seres humanos devem respeitar-se mutuamente, em toda a sua diversidade de crenças, culturas e idiomas. Não se devem reprimir as diferenças dentro das sociedades, nem entre estas. As diferenças devem, sim, ser apreciadas como bens preciosos de toda a humanidade. Deve promover-se ativamente uma cultura de paz e diálogo entre todas as civilizações.
- Respeito pela natureza. É necessário atuar com prudência na gestão de todas as espécies e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as imensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os atuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações.
- Responsabilidade comum. A responsabilidade pela gestão do desenvolvimento econômico e social no mundo e por enfrentar as ameaças à paz e segurança internacionais deve ser partilhada por todos os Estados do mundo e ser exercida multilateralmente. Sendo a organização de caráter mais universal e mais representativa de todo o mundo, as Nações Unidas devem desempenhar um papel central nesse domínio.

7. Com vista a traduzir esses valores em ações, identificamos um conjunto de objetivos-chave aos quais atribuímos especial importância.

II - Paz, Segurança e Desarmamento

8. Não pouparemos esforços para libertar nossos povos do flagelo da guerra – seja dentro dos Estados ou entre eles –, que, na última década, já custou mais de cinco milhões de vidas. Procuremos também eliminar os perigos que as armas de destruição em massa representam.

9. Decidimos, portanto:

- Consolidar o respeito às leis nos assuntos internacionais e nacionais e, em particular, assegurar que os Estados-Membros cumpram as decisões do Tribunal Internacional de Justiça, de acordo com a Carta das Nações Unidas, nos litígios em que sejam partes.
- Aumentar a eficácia das Nações Unidas na manutenção da paz e segurança, dotando a Organização dos recursos e dos instrumentos de que esta necessita para suas tarefas de prevenção de conflitos, resolução pacífica de diferenças, manutenção da paz, consolidação da paz e reconstrução pós-conflitos. Nesse contexto, tomamos devida nota do relatório do Grupo sobre as Operações de Paz das Nações Unidas e pedimos à Assembleia Geral que se debruce quanto antes sobre as suas recomendações.
- Intensificar a cooperação entre as Nações Unidas e as organizações regionais, de acordo com as disposições do Capítulo VIII da Carta.
- Assegurar que os Estados participantes apliquem os tratados, sobre questões como o controle de armamentos e o desarmamento, o direito internacional humanitário e os direitos humanos, e pedir a todos os Estados que considerem a possibilidade de assinar e ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.
- Adotar medidas contra o terrorismo internacional e aderir o quanto antes a todas as convenções internacionais pertinentes.
- Redobrar nossos esforços para pôr em prática o compromisso de lutar contra o problema mundial das drogas.
- Intensificar a luta contra o crime transnacional em todas as suas dimensões, nomeadamente contra o tráfico e contrabando de seres humanos, e a lavagem de capitais.
- Reduzir tanto quanto possível as consequências negativas que as sanções econômicas impostas pelas Nações Unidas possam ter nas populações inocentes, submeter os regimes de sanções a análises periódicas e eliminar as consequências adversas das sanções para terceiros.
- Lutar pela eliminação das armas de destruição em massa, em particular as nucleares, e não excluir qualquer via para atingir esse objetivo, nomeadamente a possibilidade de convocar uma conferência internacional para definir os meios adequados para eliminar os perigos nucleares.
- Adotar medidas concertadas para pôr fim ao tráfico ilícito de armas de pequeno calibre, designadamente tornando as transferências de armas mais transparentes e apoiando medidas de desarmamento regional, tendo em conta todas as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas Pessoais e de Pequeno Calibre.
- Pedir a todos os Estados-Membros que considerem a possibilidade de aderir à Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Pessoais e sobre a sua Destruição, assim como às alterações ao protocolo sobre minas referente à Convenção sobre Armas Convencionais.

10. Instamos todos os Estados-Membros a observarem a Trégua Olímpica, individual e coletivamente, agora e no futuro, e a apoiarem o Comitê Olímpico Internacional no seu trabalho de promoção da paz e do entendimento humano através do esporte e do Ideal Olímpico.

III - O desenvolvimento e a erradicação da pobreza

11. Não pouparemos esforços para libertar nossos semelhantes, homens, mulheres e crianças, das condições degradantes e desumanas da pobreza extrema, à qual estão submetidos atualmente um bilhão de seres humanos. Estamos empenhados em fazer do direito ao desenvolvimento uma realidade para todos e em libertar toda a humanidade da carência.

12. Em consequência, decidimos criar condições propícias, em nível nacional e mundial, ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza.

13. A realização desses objetivos depende, entre outras coisas, de uma boa governança em cada país. Depende também de uma boa governança no plano internacional e da transparência dos sistemas financeiros, monetários e comerciais. Defendemos um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, equitativo, baseado em normas, previsível e não discriminatório.

14. Estamos preocupados com os obstáculos que os países em desenvolvimento enfrentam para mobilizar os recursos necessários para financiar seu desenvolvimento sustentável. Faremos, portanto, tudo o que estiver ao nosso alcance para que a Reunião Intergovernamental de Alto Nível sobre o Financiamento do Desenvolvimento, que se realizará em 2001, tenha êxito.

15. Decidimos também levar em conta as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Nesse contexto, parabenizamo-nos com a convocação da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, que irá realizar-se em maio de 2001, e faremos tudo para que obtenha resultados positivos. Pedimos aos países industrializados:

- que adotem, de preferência antes da Conferência, uma política de acesso, livre de direitos aduaneiros e de cotas, no que se refere a todas as exportações dos países menos desenvolvidos.
- que apliquem sem mais demora o programa de redução da dívida dos países mais pobres muito endividados e que concordem em cancelar todas as dívidas públicas bilaterais contraídas por esses países, em troca deles demonstrarem sua firme determinação de reduzir a pobreza.
- que concedam uma ajuda mais generosa ao desenvolvimento, especialmente aos países que estão realmente se esforçando para aplicar seus recursos na redução da pobreza.

16. Estamos também decididos a abordar de uma forma global e eficaz os problemas da dívida dos países em desenvolvimento com rendimentos baixos e médios, adotando diversas medidas de âmbito nacional e internacional, para que a sua dívida seja sustentável a longo prazo.

17. Estamos também decididos a abordar de uma forma global e eficaz os problemas da dívida dos países em desenvolvimento com rendimentos baixos e médios, adotando

diversas medidas de âmbito nacional e internacional, para que a sua dívida seja sustentável a longo prazo.

18. Reconhecemos as necessidades e os problemas especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e por isso pedimos aos doadores bilaterais e multilaterais que aumentem sua ajuda financeira e técnica a esse grupo de países, com o objetivo de satisfazer as suas necessidades especiais de desenvolvimento e ajudá-los a superar os obstáculos resultantes da sua situação geográfica, melhorando os seus sistemas de transporte em trânsito.

19. Decidimos ainda:

- Reduzir pela metade, até o ano de 2015, a porcentagem de habitantes do planeta com rendimentos inferiores a um dólar por dia e a das pessoas que passam fome; do mesmo modo, reduzir pela metade a porcentagem de pessoas que não têm acesso à água potável ou carecem de meios para obtê-la.
- Lutar para que, até este mesmo ano, as crianças de todo o mundo – meninos e meninas – possam concluir o ensino primário e para que haja igualdade de gêneros em todos os níveis de ensino.
- Até então, ter detido e começado a inverter a tendência atual do HIV/Aids, do flagelo da malária e de outras doenças graves que afligem a humanidade.
- Prestar assistência especial às crianças órfãs devido ao HIV/Aids.
- Até o ano 2020, ter melhorado consideravelmente a vida de pelo menos um bilhão de habitantes das zonas degradadas, como foi proposto na iniciativa “Cidades sem Bairros Degradados”.

20. Decidimos também:

- Promover a igualdade de gêneros e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.
- Formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens de todo o mundo a possibilidade real de encontrar um trabalho digno e produtivo.
- Incentivar a indústria farmacêutica a aumentar a disponibilidade dos medicamentos essenciais e a colocá-los ao alcance de todas as pessoas dos países em desenvolvimento que deles necessitem.
- Lutar para que todos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, em particular das tecnologias da informação e das comunicações, de acordo com as recomendações formuladas na Declaração Ministerial do Conselho Econômico e Social de 2000.

IV - Proteção de nosso meio ambiente comum

21. Não devemos poupar esforços para libertar toda a humanidade, acima de tudo nossos filhos e netos, da ameaça de viver num planeta irremediavelmente destruído pelas atividades do homem e cujos recursos já não serão suficientes para satisfazer suas necessidades.

22. Reafirmamos o nosso apoio aos princípios do desenvolvimento sustentável, enunciados na Agenda 21, que foram acordados na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento.

23. Decidimos, portanto, adotar em todas nossas medidas ambientais uma nova ética de conservação e de salvaguarda e começar por adotar as seguintes medidas:

- Fazer tudo o que for possível para que o Protocolo de Kyoto entre em vigor de preferência antes do 10º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 2002, e iniciar a redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa.
- Intensificar nossos esforços coletivos em prol da administração, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.
- Insistir na aplicação integral da Convenção sobre a Diversidade Biológica e da Convenção das Nações Unidas da Luta contra a Desertificação nos países afetados pela seca grave ou pela desertificação, em particular na África.
- Pôr fim à exploração insustentável dos recursos hídricos, formulando estratégias de gestão nos planos regional, nacional e local, capazes de promover um acesso equitativo e um abastecimento adequado.
- Intensificar a cooperação para reduzir o número e os efeitos das catástrofes provocadas por seres humanos.
- Garantir o livre acesso à informação sobre a sequência de genoma humano. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

V - Direitos Humanos, Democracia e Boa Governança

24. Não pouparemos esforços para promover a democracia e fortalecer o estado de direito, assim como o respeito por todos os direitos humanos e liberdades fundamentais internacionalmente reconhecidos, principalmente o direito ao desenvolvimento.

25. Decidimos, portanto:

- Respeitar e fazer aplicar integralmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Esforçarmo-nos para conseguir a plena proteção e a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todas as pessoas, em todos os países.
- Aumentar, em todos os países, a capacidade de aplicar os princípios e as práticas democráticas e o respeito pelos direitos humanos, incluindo o direito das minorias.
- Lutar contra todas as formas de violência contra a mulher e aplicar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- Adotar medidas para garantir o respeito e a proteção dos direitos humanos dos migrantes, dos trabalhadores migrantes e das suas famílias, para acabar com os atos de racismo e xenofobia, cada vez mais frequentes em muitas sociedades, e para promover uma maior harmonia e tolerância em todas as sociedades.
- Trabalhar coletivamente para conseguir que os processos políticos sejam mais abrangentes, de modo a permitirem a participação efetiva de todos os cidadãos, em todos os países.

- Assegurar a liberdade dos meios de comunicação para cumprir a sua indispensável função e o direito público de ter acesso à informação.

VI - Proteção dos grupos vulneráveis

26. Não pouparemos esforços para garantir que as crianças e todas as populações civis que sofrem com as consequências das catástrofes naturais, de atos de genocídio, dos conflitos armados e de outras situações de emergência humanitária recebam toda a assistência e a proteção de que necessitam para poderem retomar uma vida normal quanto antes. Decidimos, portanto:

- Aumentar e reforçar a proteção dos civis em situação de emergência complexa, em conformidade com o direito internacional humanitário.
- Intensificar a cooperação internacional, designadamente a partilha do fardo que recai sobre os países que recebem refugiados e a coordenação da assistência humanitária prestada a esses países; e ajudar todos os refugiados e pessoas deslocadas a regressar voluntariamente às suas terras em condições de segurança e de dignidade, e a reintegrarem-se sem dificuldade nas suas respectivas sociedades.
- Incentivar a ratificação e a aplicação integral da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos facultativos, sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados e sobre a venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil.

VII - Responder às necessidades especiais da África

27. Apoiaremos a consolidação da democracia na África e ajudaremos os africanos na sua luta por uma paz duradoura, pela erradicação da pobreza e pelo desenvolvimento sustentável, para que, dessa forma, a África possa integrar-se à economia mundial.

28. Decidimos, portanto:

- Apoiar plenamente as estruturas políticas e institucionais das novas democracias da África.
- Fomentar e apoiar mecanismos regionais e sub-regionais de prevenção de conflitos e de promoção da estabilidade política, e garantir um financiamento seguro das operações de manutenção de paz nesse continente.
- Adotar medidas especiais para enfrentar os desafios da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável na África, tais como o cancelamento da dívida, a melhoria do acesso aos mercados, o aumento da ajuda oficial ao desenvolvimento e o aumento dos fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos, assim como as transferências de tecnologia.
- Ajudar a África a aumentar sua capacidade de fazer frente à propagação do flagelo do HIV/Aids e de outras doenças infecciosas.

VIII - Reforçar as Nações Unidas

29. Não pouparemos esforços para fazer das Nações Unidas um instrumento mais eficaz no desempenho das seguintes prioridades: a luta pelo desenvolvimento de todos os povos do mundo; a luta contra a pobreza, a ignorância e a doença; a luta contra a injustiça; a luta contra a violência, o terror e o crime; a luta contra a degradação e destruição do nosso planeta.

30. Decidimos, portanto:

- Reafirmar o papel central da Assembleia Geral como principal órgão deliberativo, de adoção de políticas e de representação das Nações Unidas, dando-lhe os meios para que possa desempenhar esse papel com eficácia.
- Redobrar os esforços para conseguir uma reforma ampla do Conselho de Segurança em todos os seus aspectos.
- Reforçar ainda mais o Conselho Econômico e Social, com base em seus recentes êxitos, de modo a que possa desempenhar o papel que lhe foi atribuído pela Carta.
- Reforçar a Corte Internacional de Justiça, de modo que a justiça e o primado do direito prevaleçam nos assuntos internacionais.
- Fomentar a coordenação e as consultas periódicas entre os principais órgãos das Nações Unidas no exercício das suas funções.
- Velar para que a Organização conte, de forma regular e previsível, com os recursos de que necessita para cumprir seus mandatos.
- Instar o Secretariado para que, de acordo com as normas e procedimentos claros acordados pela Assembleia Geral, faça o melhor uso possível desses recursos no interesse de todos os Estados-Membros, aplicando as melhores práticas de gestão e tecnologias disponíveis e prestando especial atenção às tarefas que refletem as prioridades acordadas pelos Estados-Membros.
- Promover a adesão à Convenção sobre a Segurança do Pessoal das Nações Unidas e do Pessoal Associado.
- Velar para que exista uma maior coerência e uma melhor cooperação em matéria normativa entre as Nações Unidas, os seus organismos, as Instituições de Bretton Woods e a Organização Mundial do Comércio, assim como outros órgãos multilaterais, tendo em vista conseguir uma abordagem coordenada dos problemas da paz e do desenvolvimento.
- Prosseguir a intensificação da cooperação entre as Nações Unidas e os parlamentos nacionais através da sua organização mundial, a União Interparlamentar, em diversos âmbitos, principalmente: a paz e segurança, o desenvolvimento econômico e social, o direito internacional e os direitos humanos, a democracia e as questões de gênero.
- Oferecer ao setor privado, às organizações não-governamentais e à sociedade civil em geral mais oportunidades de contribuir para a realização dos objetivos e programas da Organização.

31. Pedimos à Assembleia Geral que examine periodicamente os progressos alcançados na aplicação das medidas propostas por esta Declaração e ao Secretário-Geral que publique relatórios periódicos, para que sejam apreciados pela Assembleia e sirvam de base para a adoção de medidas ulteriores.

32. Nesta ocasião histórica, reafirmamos solenemente que as Nações Unidas são a casa comum indispensável de toda a família humana, onde procuraremos realizar as nossas aspirações universais de paz, cooperação e desenvolvimento. Comprometemo-nos, portanto, a dar o nosso apoio ilimitado a esses objetivos comuns e declaramos a nossa determinação em concretizá-los.

Anexo 3

SITUAÇÃO GERAL DOS ODM NO BRASIL

O Brasil está comprometido com o cumprimento dos ODM e deve atingir até 2015 metas mais ambiciosas que as estabelecidas pelas Nações Unidas. Esse comprometimento se revela, entre outras ações, pela elaboração de três relatórios nacionais de acompanhamento, publicados pela Presidência da República nos anos de 2004, 2005 e 2007. A redação do documento envolveu, em 2007, 17 ministérios, mais de uma dezena de agências internacionais e cerca de 200 técnicos. O relatório apresenta a evolução brasileira para o cumprimento dos ODM por meio de estatísticas relacionadas aos indicadores propostos pelas Nações Unidas e de dados adaptados à realidade nacional. A realização de estudos estatísticos com corte racial para todos os ODM vai ao encontro dessa perspectiva, uma vez que diminuir as disparidades de oportunidades entre as etnias é prioridade para o governo brasileiro. Reitera-se, assim, a demanda pela permanência do tema do desenvolvimento entre as prioridades da agenda internacional. O Brasil entende, ainda, que os ODM devem ser compreendidos como uma nova estratégia de desenvolvimento de longo prazo. Por isso, o Governo Federal criou o Prêmio ODM, a partir de uma iniciativa do Movimento Nacional pela Cidadania e em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Prêmio já contou com duas edições brasileiras e já inspirou a criação de um prêmio internacional, concedido pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Entre as boas práticas brasileiras para o cumprimento dos ODM, é possível destacar o Programa Bolsa Família, o maior programa de transferência de renda condicionada já posto em prática no país. O Bolsa Família tem contribuído para o cumprimento dos Objetivos 1, 2 e 4, uma vez que tira milhões de pessoas da linha de pobreza e que exige frequência escolar e acompanhamento médico de crianças, nutrízes e gestantes. As metas das Nações Unidas de reduzir pela metade a população sobrevivendo com menos de 1 dólar PPC por dia e a população que sofre de fome já foram, portanto, atingidas pelo Brasil. Estabeleceu-se, ainda, para o ano de 2015, a meta de reduzir a um quarto a população que sobrevive com menos de 1 dólar PPC por dia. O Programa Bolsa Família contribuiu de forma decisiva para que mais de 10 milhões de pessoas deixassem a situação de miséria. Em 2006, o Governo Federal gastou R\$ 8,2 bilhões com o programa, que teve impacto de 37% sobre o rendimento dos beneficiários. Na região Nordeste, este impacto foi de 40%. Segundo estudo do IPEA, o Bolsa Família foi responsável por 21% da queda observada na desigualdade (Índice de Gini), entre 1995 e 2004.

O Programa contribuiu, além disso, para uma queda de 16% nos índices de desnutrição infantil e os índices de pobreza tendem a continuar caindo de forma generalizada. Esses dados ressaltam a situação brasileira atual de a pobreza ter se tornado um problema marginal. Sobre o Objetivo 2, o impacto do Bolsa Família é marcante, uma vez que a frequência escolar é condição para a manutenção do benefício financeiro.

Isso contribuiu para possibilitar a universalização de matrículas no ensino fundamental e o avanço no cumprimento do objetivo 2. O acompanhamento médico e nutricional das crianças, gestantes e nutrizes, exigido também como condição para a manutenção do benefício financeiro, contribui para o alcance do Objetivo 4, quase cumprido com a redução de 57 para 20 no número de mortes de crianças de até 5 anos de idade a cada mil nascidos vivos. Ainda no que se refere à segurança alimentar, deve ser citado o Programa de Aquisição de Alimentos, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esse programa, em uma de suas modalidades, adquire alimentos da produção agrícola familiar para doá-los a pessoas em situação de insegurança alimentar, gerando desenvolvimento agrícola (combate à pobreza rural) ao mesmo tempo que combate a fome dos mais necessitados. No mês de outubro de 2007 começou a funcionar em Moçambique o Purchase for Progress, programa inspirado na iniciativa brasileira.

Os programas do Ministério da Educação de universalização do acesso ao transporte escolar, a livros didáticos e à alimentação na escola contribuem não só para aumentar a permanência das crianças na escola, mas também para a erradicação da desnutrição infantil. Em 2007, o Ministério da Educação registrou um aumento de 30% no tempo de permanência dos alunos na escola e, de acordo com os dados desse Ministério, cerca de 70% dos alunos que iniciam o ensino fundamental terminam a oitava série. Os alunos da rede pública de ensino fundamental têm, além disso, sua alimentação complementada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, que atende, atualmente, 36,3 milhões de alunos no Brasil e visa a atender às necessidades nutricionais dos alunos durante a sua permanência na escola. Em 2006, foram investidos R\$ 1,48 bilhão e o valor per capita repassado pela União passou de R\$ 0,13, em 2002 para R\$ 0,22, em 2005, por aluno de creches públicas e filantrópicas, da pré-escola e do ensino fundamental. Para os alunos das escolas indígenas e localizadas em comunidades quilombolas, o valor per capita é de R\$ 0,44. Os recursos são destinados à compra de alimentos pelas Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal e pelos municípios. É possível apontar, ainda, uma melhoria na qualidade de ensino das instituições brasileiras, observada pela melhoria dos resultados obtidos pelos alunos nos exames nacionais organizados anualmente pelo Ministério da Educação.

A edição da Lei Maria da Penha representou passo importante para a proteção das mulheres no que se refere ao combate à violência doméstica. A Lei n.º 11.340/2006 reveste-se de importância internacional, em especial do ponto de vista regional, por se tratar de iniciativa pioneira em termos do rigor das punições prescritas para casos de agressão contra mulheres, ao estabelecer, por exemplo, a tipificação e a definição da violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como de suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; a especificação de que a violência doméstica contra a mulher independe de sua orientação sexual; a determinação de que a mulher somente poderá renunciar à denúncia perante o juiz; a proscrição de penas pecuniárias (pagamento de multas ou cestas básicas) como punição à violência contra a mulher; a vedação da entrega da intimação ao agressor pela mulher vítima; a notificação à mulher vítima de violência doméstica dos atos processuais, em especial quando do ingresso e

saída da prisão do agressor; e a obrigatoriedade do acompanhamento da mulher vítima, em todos os atos processuais, por parte de advogado(a) ou defensor(a).

As mulheres brasileiras permanecem, em média, mais tempo na escola que os homens em todos os níveis de ensino. A média de rendimentos das mulheres no mercado de trabalho continua, no entanto, menor que a dos homens, embora, nos últimos três anos, tenha sido registrada queda nessa disparidade. O Selo Pró-Equidade de Gênero tem como objetivo diminuir ainda mais essa disparidade. Ele é concedido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em conjunto com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e com a Organização Internacional do Trabalho, a empresas que promovam a equidade de gênero. A premiação das empresas é o resultado de um processo no qual se analisa o porte e a natureza das mudanças para a promoção de igualdade de oportunidades no interior dessas organizações, sem análise comparativa entre as participantes do programa.

O Programa Estratégia de Saúde da Família, em conjunto com outras ações do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, tem sido importante para o cumprimento dos Objetivos 1 e 4. O número de óbitos de crianças menores de 5 anos deverá ser reduzido para 18 por mil, até 2015. De acordo com os dados da UNICEF de janeiro de 2006, a taxa de mortalidade entre crianças menores de 5 anos de idade foi reduzida de 57 para 20 a cada mil nascidos vivos, entre 1990 e 2006. O Brasil deixou, assim, a 86ª posição no ranking mundial de taxa de mortalidade infantil, saltando para a 113ª. O Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde tem atuado por meio dos seguintes programas e ações para contribuir para esses resultados: organização da atenção primária à saúde, particularmente por intermédio da Estratégia de Saúde da Família, que proporciona maior acesso e resolubilidade à atenção à saúde; alimentação terapêutica (por meio de protocolos de tratamento de crianças desnutridas na rede de saúde); incentivo ao aleitamento materno exclusivo (por meio de campanhas, capacitação de profissionais de saúde etc.); alimentação complementar (orientações para a introdução de alimentos para as crianças de até 2 anos de idade); suplementação e fortificação de alimentos com vistas ao combate às carências de micronutrientes (fortificação de farinhas com ferro, iodação do sal, suplementação de ferro e vitamina A na rede de saúde); educação nutricional (para todas as faixas etárias). Esses programas, além de promover a queda nos índices de mortalidade infantil, reduzem o quantidade de população que sofre de fome.

A universalização da distribuição de contraceptivos pelo Sistema Único de Saúde também contribui para a redução da mortalidade infantil e materna, uma vez que evita gestações não desejadas de meninas e mulheres sem condições de cuidar da própria saúde durante a gestação e de prover os cuidados necessários à saúde infantil. Essa iniciativa se insere, além disso, entre as prioridades relacionadas à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Atende-se, portanto, por meio dessa iniciativa, também o Objetivo 3. O Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, do Ministério da Saúde, prevê as

seguintes ações: 1) assegurar o direito de acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto imediato e o alojamento conjunto, inclusive nos serviços privados; 2) garantir que mulheres e recém-nascidos não sejam recusados nos serviços e tenham atendimento adequado; 3) investir na qualificação de maternidades e hospitais que realizam parto e serviços de urgência para atenção às mulheres e aos recém-nascidos; 4) implantar e apoiar ações de vigilância do óbito materno e infantil. Por essa última, o preenchimento de formulário a cada óbito de mulher em idade fértil que permita indicar se a morte ocorreu em função de problemas provocados pela gravidez tornou-se obrigatório. A partir dessa iniciativa será possível tornar mais preciso o diagnóstico sobre mortalidade materna no Brasil e, assim, formular políticas direcionadas às causas de morte que serão apontadas pelas estatísticas. Além disso, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher já conseguiu reverter a tendência de aumento no número de casos de câncer de mama e de colo do útero.

O Programa Nacional de DST/Aids, iniciado em 1985, pode ser apontado como o principal responsável pelo cumprimento do Objetivo 6 e se destaca pelo pioneirismo na prevenção e no tratamento das pessoas que vivem com HIV e Aids. Muito antes de a Assembleia Geral das Nações Unidas para o HIV e Aids (UNGASS) ter recomendado que o combate à epidemia deveria ser abrangente e inclusivo, com equilíbrio entre ações de prevenção, assistência, promoção dos direitos humanos e com a participação ativa das pessoas vivendo com a doença nos processos de decisão, o programa brasileiro já trabalhava esses conceitos. O Brasil atingiu a meta de estabilizar a transmissão do vírus, em uma taxa de prevalência de 0,6% desde o ano 2000, e reduziu o número de mortes por meio da universalização do acesso aos medicamentos anti-retrovirais. Em junho de 2008, 184 mil pessoas estavam em tratamento e, entre 1996 e 2006, a mortalidade por Aids foi reduzida em 40%. O Programa conseguiu, além disso, aproximar de zero o número de transmissões verticais, da gestante para o bebê, de HIV e de sífilis. Por meio de medidas preventivas e de tratamento adequado, as chances de transmissão vertical do HIV caem para perto de 1% e pode-se eliminar a sífilis congênita. O Brasil trabalha também em ações de cooperação para que outros países tenham melhores condições de atingir os ODM na área de HIV/Aids. São executadas ações de cooperação para prevenção, diagnóstico, tratamento e logística com países da África, América Latina e Caribe e com o Timor Leste. Estas ações são realizadas sob a coordenação do Centro Internacional de Cooperação Técnica, que canaliza recursos de diversos parceiros internacionais. O Brasil atua também com a Secretaria Executiva da Rede de Cooperação Tecnológica em HIV/Aids, que visa a estabelecer cooperação com países em desenvolvimento para a produção de medicamentos anti-retrovirais e insumos de laboratório.

Na área ambiental, é preciso destacar que a matriz energética brasileira é, majoritariamente, limpa e que 45% da energia utilizada é renovável. Por meio da ação conjunta de mais de 10 ministérios, tornou-se possível a execução do plano ação para a prevenção e controle do desmatamento da Amazônia, que, nos últimos três anos, reduziu a taxa de desmatamento em cerca de 60%. Ainda no que se refere a boas práticas capazes de gerar impacto para o cumprimento do ODM 7, o Ministério do Meio Ambiente

vem executando programas e ações com o fito de promover o manejo sustentável de biomas brasileiros, de expandir as áreas protegidas e de implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas com vistas a neutralizar o desequilíbrio entre a oferta e o acesso aos recursos hídricos em quantidade e qualidade adequadas aos diversos usos. O Proambiente se apresenta, além disso, como projeto capaz de promover o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e a produção familiar rural por meio da gestão ambiental territorial rural, do planejamento integrado das unidades produtivas e da prestação de serviços ambientais.

O Brasil tem procurado desenvolver projetos de cooperação internacional que busquem, além da ampliação e da disseminação de conhecimentos, a capacitação de recursos humanos e do fortalecimento de instituições. A cooperação técnica Sul-Sul executada pelo Brasil prioriza, portanto, iniciativas que capacitem os atores das nações beneficiadas e que permitam que elas próprias gerenciem e absorvam os resultados dos projetos. A cooperação oferecida pelo Brasil tem como principal objetivo transferir conhecimentos e experiências por meio de treinamentos, de consultorias, da capacitação institucional e da execução de projetos-piloto. Dessa forma, atende-se a dois objetivos principais: melhorar as condições de vida nos locais atendidos e gerar capacidades técnicas que permitam internalizar os resultados da cooperação. Nesse contexto, destaque-se a iniciativa do Ministério da Educação, que já investiu 40 milhões de dólares em bolsas de estudos para que alunos estrangeiros fossem integrados ao sistema educacional brasileiro.

O acervo de conhecimentos teóricos brasileiros tem sido usado para ajudar a solucionar problemas comuns a diversos países em desenvolvimento, por meio de projetos que levam em consideração as realidades locais. Além disso, são os beneficiários da cooperação que comandam as iniciativas e que definem as prioridades na execução dos projetos. Em consonância com o proposto pelo ODM 8 e em linha com o interesse em aprofundar a cooperação Sul-Sul, o Brasil envida, prioritariamente, ações de cooperação com a África e a América do Sul, regiões a que se destina o maior número de iniciativas do gênero. A África, em particular, é receptora, em volume financeiro, de 52% das ações de cooperação do Brasil. A ajuda brasileira ao continente africano não se reveste de condicionalidades prévias, procurando sempre atender à demanda recebida, sem impor metas ou resultados cruzados. Destaque-se, ainda, em cumprimento ao ODM 8, a iniciativa brasileira para construção de fábrica de anti-retrovirais em Moçambique, projeto que se encontra em fase de montagem de engenharia financeira. Comprometido com a parceria para o desenvolvimento, o Brasil já acordou o perdão de 95% da dívida de Moçambique com aquele país e empreende vigorosos esforços na consecução do mesmo projeto em relação a Cabo Verde, Guiné Bissau, Zâmbia, República do Congo e Tanzânia. O total das dívidas perdoadas pelo Brasil já ultrapassa 1,7 bilhão de dólares.

Coordenação Geral:

**8 JEITOS DE
MUDAR O MUNDO**



Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade



**Secretaria-Geral da
Presidência da República**



Coordenação Técnica:

ENAP

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Parceiros:

BR PETROBRAS

CAIXA

BANCO DO BRASIL